



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL

CURSO DE PEDAGOGIA

MAENNE MARQUES MORAES

REFLETINDO SOBRE POLÍTICA E EDUCAÇÃO À LUZ DO PENSAMENTO
FREIREANO

ITUIUTABA-MG
2025



MAENNE MARQUES MORAES



REFLETINDO SOBRE POLÍTICA E EDUCAÇÃO À LUZ DO PENSAMENTO
FREIREANO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência para conclusão do curso de
Pedagogia, orientado pela Profa. Lúcia Helena
Moreira de Medeiros Oliveira.

ITUIUTABA-MG

2025

*Dedico este trabalho a todas as pessoas
que, assim como eu e Paulo Freire, têm
vontade de mudar o mundo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por ter me abençoado ao ingressar no curso de Pedagogia e por ter me sustentado até o final, pois, sem Ele, não teria conseguido realizar esse sonho. Agradeço também à Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal, pelo privilégio de ter ingressado na melhor faculdade do Brasil. Sou grata pelo apoio de meus pais, pois sem eles também não teria conseguido concluir a faculdade, assim como ao meu marido, que me apoiou durante toda essa jornada. Agradeço à minha querida avó, já falecida, que me apoiou e que não pôde ver minha formatura.

Agradeço aos(às) coordenadores(as), professores(as) e demais funcionários(as) da Universidade que sempre estiveram dispostos a me atender e contribuíram para o meu bom desempenho no processo de formação.

À professora Dra. Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira, minha orientadora, minha eterna gratidão e carinho. Ela não foi apenas uma excelente profissional, mas também uma amiga, que me ajudou neste trabalho com muita paciência, dedicação e sabedoria. Agradeço, também, aos professores da banca de defesa, Dra. Betânia Laterza e Dr. Armino Quillici, que contribuíram significativamente para minha formação e fizeram observações construtivas ao meu trabalho com muito carinho e dedicação.

Agradeço a todos(as) que, de forma direta ou indireta, participaram deste trabalho de conclusão de curso, enriquecendo o meu aprendizado e oferecendo o apoio necessário.

Meu muito obrigada!

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 Introdução..... | 9 |
| 2 Historicizando vida e obra de Paulo Freire..... | 12 |
| 3 Primeiras aproximações com o tema da pesquisa..... | 15 |
| 4 Educação e Política: diálogos necessários..... | 18 |
| 5 Educação libertadora: um caminho possível, uma utopia..... | 28 |
| 6 Considerações finais..... | 37 |
| Referências..... | 42 |

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa no âmbito da formação de professores sobre política e educação e suas relações com base nas reflexões elaboradas por Paulo Freire em suas obras. A temática emergiu a partir do processo formativo no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia, no Campus Pontal. Este estudo se justifica pela urgência de compreender a intersecção entre política e educação na formação de cidadãos críticos, principalmente em um cenário em que discursos populistas e autoritários buscam prevalecer. Essa reflexão é fundamental para formar educadores que estejam conscientes de seu papel na transformação social, portanto, essa pesquisa não só contribui para a formação acadêmica do pesquisador como também beneficia a comunidade escolar, estimulando um olhar crítico sobre a realidade social e educacional. As motivações que me levaram a escolher esse tema são, em grande parte, pessoais, baseadas na crença de que a educação é um direito fundamental e uma ferramenta de emancipação e também a ideia de transformar o mundo que coincide com o que Paulo Freire defendeu em seus escritos. Neste sentido, pergunta-se: como Paulo Freire, no contexto de suas publicações, concebeu política e educação e como as relacionou? Qual argumento ele utilizou para explicar essa relação? Qual o papel da educação para a mudança de uma sociedade desigual, para uma sociedade mais justa e humanizada, no caso, o Brasil? Assim, o objetivo geral da pesquisa é refletir sobre a concepção de política e de educação e suas relações, nas obras de Paulo Freire; e para alcançá-lo, conceituar o que é política e o que é educação, bem como suas singularidades; compreender entre educação e política a partir das categorias: dialogicidade, criticidade, comprometimento e politicidade; refletir sobre o papel da educação atribuído por Freire e que contribua para a mudança de uma sociedade desigual para uma sociedade mais justa e humanizadora e relacionando às problemáticas que o Brasil vivenciou ao longo dos anos e ainda vivencia. A metodologia atribuída à esta pesquisa, é a qualitativa porque buscou fazer reflexões sobre seus achados e, também bibliográfica, pois analisou os livros de Freire (1967; 1970; 1979), bem como procurou as possíveis contradições que as obras podem apresentar e, para essa análise, foram utilizadas fichamentos para a organização das informações lidas, a releitura e interpretação dos textos. Em síntese, a intersecção entre política e educação no âmbito da sociedade é evidente e as discussões apresentadas no texto podem contribuir na formação de pessoas mais conscientes e capazes de atuar na transformação social, estimulando o pensamento reflexivo crítico, promovendo discussões sobre a emancipação e a justiça social e analisando os impactos da política na educação e, bem como refletindo sobre a realidade atual.

Palavras-chave: Educação. Política. Paulo Freire.

ABSTRACT

This is a research project in the context of teacher training on politics and education and their relationships, based on the reflections developed by Paulo Freire in his works. The theme emerged from the training process in the Pedagogy course at the Federal University of Uberlândia, Pontal Campus. This study is justified by the urgent need to understand the intersection between politics and education in the formation of critical citizens, especially in a scenario in which populist and authoritarian discourses seek to prevail. This reflection is essential to train educators who are aware of their role in social transformation, therefore, this research not only contributes to the academic training of the researcher but also benefits the school community, encouraging a critical look at social and educational reality. The motivations that led me to choose this theme are largely personal, based on the belief that education is a fundamental right and a tool for emancipation, and also the idea of transforming the world, which coincides with what Paulo Freire defended in his writings. In this sense, the question is: how did Paulo Freire, in the context of his publications, conceive of politics and education and how did he relate them? What argument did he use to explain this relationship? What is the role of education in changing an unequal society to a more just and humanized society, in this case, Brazil? Thus, the general objective of the research is to reflect on the conception of politics and education and their relationships, in Paulo Freire's works; and to achieve this, to conceptualize what politics and education are, as well as their singularities; to understand the differences between education and politics based on the categories: dialogicity, criticality, commitment and politicality; to reflect on the role of education attributed by Freire and that contributes to the change from an unequal society to a more just and humanizing society and relating it to the problems that Brazil has experienced over the years and still experiences. The methodology attributed to this research is qualitative because it sought to reflect on its findings, and also bibliographic, because it analyzed Freire's books (1967; 1970; 1979), as well as looking for possible contradictions that the works may present. For this analysis, index cards were used to organize the information read, reread and interpret the texts, in addition to the researcher verifying the accuracy of the data obtained. In summary, the intersection between politics and education within society is evident and the discussions presented in the text can contribute to the formation of more aware people capable of acting in social transformation, stimulating critical reflective thinking, promoting discussions on emancipation and social justice and analyzing the impacts of politics on education, as well as reflecting on the current reality.

Keywords: Education. Politics. Paulo Freire.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.” – Paulo Freire

1 Introdução

Esta pesquisa transpassa as reflexões sobre o pensamento freireano, com relevância a concepção que Paulo Freire elucidou em suas obras sobre educação e política, bem como as relações que se estabelecem entre elas. A justificativa e as motivações para estudar este tema ocorreram na disciplina de Princípios Éticos Freireanos em 2019, pois as ideias de Paulo Freire me chamaram atenção já que ele discute a importância de mudar o mundo, transformá-lo em lugar de igualdade, liberdade, democracia, algo que coincide com a minha forma de pensar. Também me chamou a atenção a questão da educação bancária no livro *Pedagogia do Oprimido* publicado em 1970, bem como a visão crítica que Freire teve sobre a política na educação e como isso afeta a construção da sociedade na formação das pessoas. A leitura das obras de Paulo Freire me levou a refletir sobre os riscos do retorno de práticas autoritárias no campo educacional, semelhantes às vividas durante a ditadura civil-militar¹ no Brasil. Freire nos alerta para os perigos da neutralidade aparente, da censura e da negação do diálogo, que ainda hoje tentam se impor na educação sob novos discursos. Isso reforça meu interesse em aprofundar como a política interfere diretamente na educação, especialmente a partir da perspectiva freireana, que defende uma educação crítica, democrática e libertadora.

¹ BRASIL ESCOLA. A ditadura civil-militar no Brasil foi instaurada em 1964 após o golpe que depôs o presidente João Goulart, cujo governo propunha reformas estruturais, como a reforma agrária, incomodando setores empresariais e conservadores. O golpe foi articulado por militares, civis, grandes empresários e com apoio dos EUA. O período durou até 1985 e foi marcado por autoritarismo, censura, repressão política, perseguição a opositores e intervenção nas instituições educacionais. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/ditadura-militar.htm>. Acesso em: 22 maio 2025.

À vista disso, a problemática que se pretendeu responder nesta pesquisa, a partir das leituras e debates de alguns textos produzidos por Paulo Freire no contexto formativo do curso de Pedagogia, percebi que há uma relação significativa entre política e educação. Neste sentido, a pergunta central para esta pesquisa foi: como Paulo Freire, no contexto de suas publicações, concebeu política e educação e como as relacionou? Qual argumento ele utilizou para explicar essa relação? Qual o papel da educação para a mudança de uma sociedade desigual, para uma sociedade mais justa e humanizada, no caso, o Brasil?

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é refletir sobre a concepção de política e de educação, bem como suas inter-relações nas obras de Paulo Freire. Para alcançá-lo, busca-se conceituar o que é política e o que é educação, bem como abordar suas singularidades e relações, a partir das categorias de dialogicidade, criticidade, comprometimento e politicidade. E o objetivo específico é refletir sobre o papel da educação atribuído por Freire e que contribua para a mudança de uma sociedade desigual para uma sociedade mais justa e humanizadora e relacionando às problemáticas que o Brasil vivenciou ao longo dos anos e ainda vivencia.

Ao iniciar a pesquisa sobre educação e política, recorri ao Dicionário de Paulo Freire(2010) e com base no verbete de Gadotti e Guimarães, depreendi que existem formas diferentes de compartilhar conhecimentos entre as pessoas e suas peculiaridades de quem são e de quem querem se tornar mediante ao conhecimento adquirido. A educação tem o sentido de superar as dificuldades de aprendizagem, pensando que o ser humano é inconcluso, inacabado e em constante transformação.

No verbete de Gadotti e Guimarães (2010) extrai que política é reconhecer a luta de classes e a consequente produção de oprimidos e opressores que pode ser mudado por meio da consciência política e da libertação do opressor. Para Freire(1995), a educação é um ato político que une vários projetos em disputa da sociedade, pois está a serviço de uns e de outros não. Assim, política é a luta contra a opressão e a desigualdade. Ele argumenta que a educação é um ato político que deve estar a serviço da emancipação dos oprimidos. A prática educativa deve reconhecer a luta de classes e a produção de opressores e oprimidos.

E para complementar, ainda no dicionário, ressalto Gadotti e Guimarães ao afirmarem que a educação é um processo contínuo de transformação no qual os indivíduos são reconhecidos como seres inconclusos e inacabados. Essa perspectiva implica que a educação deve ser um espaço de diálogo e reflexão, e, em um movimento de ensino-aprendizagem, promover a conscientização crítica. A educação, portanto, não é apenas a transmissão de conhecimentos, mas uma prática que visa a formação de sujeitos críticos e ativos na sociedade.

Os autores enfatizam que a educação é um diálogo, uma relação dinâmica entre educador e educando, que deve ser fundamentada na prática e na teoria. Essa interação resulta em uma leitura consciente do mundo e das relações sociais, promovendo uma ação-reflexão-ação. A práxis, nesse sentido, é essencial para que a educação contribua para a transformação social, permitindo que os indivíduos se tornem agentes de mudança em suas comunidades.

Em Freire (1993), depreende-se que a prática educativa requer a posição política que exercemos como poder na nossa sociedade que interfere no papel educativo, ou seja, a posição política pode acarretar benefícios ou prejuízos para a educação. Ademais, para entender mais aprofundado a relação entre Política e a Educação, utilizei as seguintes obras de Paulo Freire Educação como Prática da Liberdade(1997), Conscientização(1979), Pedagogia do Oprimido(1968), Educação e Mudança(1981) e Educação e Política(1993).

Sobre a abordagem atribuída a esta pesquisa, é a qualitativa e exploratória, pois segundo Prodanov e Freitas (2013) existe uma relação entre a realidade e o sujeito investigado, por meio da interpretação das manifestações e atribuições de significados de determinado assunto. Nessa perspectiva, o ambiente natural em que ocorre a pesquisa é considerado a principal fonte para a coleta de dados, permitindo uma compreensão mais aprofundada da realidade investigada. Na mesma linha de pensamento, a referida pesquisa é bibliográfica, pois busca nos livros publicados por Freire, as temáticas já mencionadas. Nessa perspectiva, esta pesquisa, também de caráter exploratória, tem a finalidade de promover mais informações e, conseqüentemente, aprofundar sobre o tema política e educação, bem como as relações estabelecidas entre ambas, o que poderá apontar alguns elementos para futuras pesquisas, além de contribuir para que o tema se torne cada vez mais problematizado.

E nesse processo, algumas categorias foram mais evidentes e nortearam a reflexão, que são elas: dialogicidade, criticidade, comprometimento e politicidade, base delineadora da educação defendida por Freire. Segundo Minayo (2001 p.70), a “as categorias são empregadas para se estabelecer classificações”. Nesse sentido, reuni os argumentos no interior das categorias politicidade, criticidade, comprometimento e dialogicidade, para buscar entender e explicar educação e política e suas relações.

A pesquisa seguiu os seguintes passos: escolha do tema, objetivo geral e específico, formulação do problema de pesquisa, levantamento bibliográfico, leitura analítica e discussões críticas acerca das ideias mencionadas. Como possíveis resultados, a intenção é promover a conscientização crítica do leitor para compreender a concepção de educação e política e suas relações, tendo em vista a formação de pessoas capazes de fazer escolhas com autonomia, como por exemplo, a eleição de representantes políticos de nosso país, os modelos formativos, dentre tantas outras participações coletivas e colegiadas que se possa participar.

O texto aqui apresentado está organizado da seguinte forma: a seção intitulada “Historicizando vida e obra de Paulo Freire” traz um breve histórico do autor, situando sua trajetória intelectual e seu compromisso com a educação libertadora; já “Primeiras aproximações com o tema da pesquisa” trata de um apanhado inicial de estudos que dialogam com o objeto investigado, oferecendo embasamento teórico para a análise. Em seguida, a seção “Educação e Política: diálogos necessários” discute a indissociabilidade entre os campos educacional e político, destacando como a formação crítica está ligada à participação cidadã. Logo após, o capítulo “Educação libertadora: um caminho possível, uma utopia” reflete sobre a proposta freireana como alternativa para superar práticas opressoras e promover uma educação voltada à emancipação. Por fim, as considerações finais apresentam alguns apontamentos conclusivos sobre os achados da pesquisa, reafirmando a importância de uma educação crítica, ética e transformadora no contexto atual.

2 Historicizando vida e obra de Paulo Freire

Para historicizar a vida e obra de Freire recorri ao pesquisador Scocuglia(2019), que faz uma análise profunda sobre o autor. Assim, Paulo Freire nasceu em Pernambuco no ano de 1921 e morreu em 1997 na cidade de São Paulo; ele era

advogado, progressista e católico e atualmente é patrono da educação brasileira², já que ele dedicou-se a maior parte de sua vida a lutar pela educação dos excluídos e marginalizados da sociedade e também lutou contra a educação elitista, excludente e seletiva, escreveu várias obras e livros lidos no mundo todo, também inspirou vários educadores e pesquisadores com seus ideais inovadores.

Em 1960, Freire elaborou uma proposta educacional de alfabetização para jovens e adultos das classes populares com o método problematizador das palavras geradoras de debate e reflexão a partir do cotidiano e do vocabulário dos alunos/pessoas que geram novas sílabas, sons e fonemas para ensiná-los a ler e a escrever em 45 dias. Esta metodologia utilizada possibilitou, à época, alfabetizar 300 trabalhadores de maneira mais rápida e eficaz, para que eles pudessem fazer a leitura do mundo antes de lerem a palavra e, também, para terem o direito ao voto.

Ainda Scocuglia(2019) afirma que o trabalho que Freire fez em Pernambuco foi exitoso, inclusive ele foi convocado pelo governo federal em 1963 para fazer parte dos movimentos de cultura e educação popular e foi coordenador do Plano Nacional de Alfabetização (PNA). Contudo, os ideais de Freire fez com que os conservadores, antipopulistas e as forças de direita, como exemplo, os civis e militares tivessem medo e ameaça de perder suas posições e privilégios que, assim, reagiram depois do golpe civil-militar de abril de 1964, prendendo Paulo Freire em Recife por 70 dias, o que levou ao exílio por 15 anos. Logo depois do exílio, foi permitida a Anistia em 1979 aos presos e exilados políticos e Freire estava entre eles. Nos 15 anos de exílio de Paulo Freire, as suas obras ainda fizeram grande sucesso no mundo, inclusive, os livros *Pedagogia do Oprimido*(1984) e *Educação como Prática da Liberdade*(1984) que ele escreveu no Chile nos seus primeiros anos de exílio.

Em relação ao livro *Pedagogia do Oprimido*(1970) que teve a intenção de uma Pedagogia nutrida de valores, necessidades e interesses emancipatórios dos oprimidos, Freire sempre questionou que os opressores faziam sua pedagogia no próprio processo de dominação dos oprimidos que precisavam formular suas pedagogias e suas

²Paulo Freire, educador e filósofo pernambucano, foi declarado Patrono da Educação Brasileira pela Lei nº 12.612, sancionada em 13 de abril de 2012. Freire dedicou sua vida à alfabetização da população pobre e desenvolveu um método de ensino inovador influenciado por sua própria experiência de infância com a pobreza. Sua obra mais conhecida, *A Pedagogia do Oprimido*, propõe uma educação emancipadora e democrática. Freire teve um impacto significativo globalmente, especialmente em contextos de alfabetização de adultos e educação popular, inspirando práticas educacionais que promovem igualdade, justiça social e participação ativa dos alunos.

resistências em forma de luta por emancipação. É notório, que a educação e a pedagogia para ele sempre foram carregadas de uma politicidade na prática educativa e da reflexão como ato político de luta, de decisão e de conquista da cidadania negada há anos pelas classes dominantes (Scocuglia, 2019).

Além disso, no final de 1960, Paulo Freire trabalhou seis anos na Universidade Harvard nos Estados Unidos, onde ele escreveu um dos seus livros, *Ação Cultural para a Liberdade*, entre outros. Nesse livro, ele escreve conceitos de grandes pensadores marxistas e diz sobre a conscientização que está inseparável da alfabetização, desde o início da jornada escolar, e que a formulação de uma educação seja para uma ação cultural que contribui para a conscientização de classe sociais oprimidas (Scocuglia, 2019).

Logo depois, em 1970, Freire coordenou o Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas em Genebra, no estado da Suíça, onde pôde colaborar com numerosas iniciativas para vários países, em que houve a implantação da educação popular utilizando como uma das suas propostas. Também, ele fez um trabalho com os exilados, pois produziu um Instituto de Ação Cultural (IDAC), no qual fez diversas atividades e colaborou durante anos com os governos de países africanos recém libertos da colonização, como por exemplo, a Guiné-Bissau, onde ele escreveu um dos mais importantes livros chamado *Cartas a Guiné-Bissau*(1980), (Scocuglia, 2019).

No Brasil, logo após o golpe militar e ainda durante seu exílio, Paulo Freire participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), no final da década de 1970, no qual permaneceu o resto de sua vida. Já no início da década de 80, retomou suas atividades no Brasil como professor da Unicamp e da PUC-SP e nessa mesma época, ele escreve vários livros dialógicos com os outros intelectuais, como exemplo, Moacir Gadotti e Sérgio Guimarães no livro chamado *Pedagogia: diálogo e conflito*(1985); Com Ira Shor no livro chamado *Medo e ousadia- O cotidiano do professor*(1987); Com Frei e Betto no livro chamado *Essa escola chamada vida*(1986) e com Antônio Fagúndez no livro *Por uma pedagogia da pergunta*(1985), (Scocuglia, 2019).

No final da década de 1980, Paulo Freire assumiu a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo na gestão de Luiza Erundina do Partido dos Trabalhadores, iniciou a reformulação do ensino municipal e valorizou o magistério com a formação continuada de professores e salários mais dignos. Ele com sua equipe empreendeu sua principal meta que era tornar a escola municipal mais democrática em

todas as suas instâncias e com conselhos deliberativos na sua gestão coletiva e, também, na revisão dos currículos e na interação dos trabalhadores da educação com os alunos e suas famílias, bem como na alfabetização dos adultos. Com dois anos de secretariado, ele renunciou ao cargo, mas continuou nas diretrizes de sua gestão, por meio do trabalho de toda a equipe que permaneceu após a sua renúncia (Scocuglia, 2019).

Posteriormente, no início dos anos 1990, Freire publicou uma das mais importantes reflexões como pensador da educação, que foi o livro *Política e Educação* (1993), enfatizando a importância da intuição escolar para a autonomia e para esperança, o século marcado pelo militarismo e o pessimismo sobre o futuro, as múltiplas faces da globalização excludente, seletiva e predatória, em que Freire acentuava a (re)humanização dos indivíduos para torna-se seres mais humanos, na qual a educação seria a parte fundamental dessa sistematização (Scocuglia, 2019).

Nesse sentido, suas obras demonstram a luta pela da educação como prática da liberdade é um processo de conscientização pelo diálogo e pela ação cultural em defesa dos oprimidos, ou seja, um exercício do direito ao conhecimento, e de um processo de ser mais humanos dos indivíduos, em que Paulo Freire construiu a sua história e influenciou, bem como inspirou tantas pessoas com suas ideias.

Contudo, Freire foi reconhecido mundialmente por sua obra prático-teórica, mas morreu antes que o Brasil reconhecesse a importância de seu trabalho e de suas ideias. Quanto também, foi reconhecido por suas qualidades que era dispor-se das críticas, se autocriticar, de rever conceitos e posições e de rebater qualquer dogma. Seu legado foi a práxis ética e democrática, bem como inspirou vários educadores e produções imparáveis com seu modo de pensar o mundo, e principalmente, sobre educação que ele defendia tanto e que queria que fosse mais democrática. Hoje em dia, podemos dizer que Freire ainda está presente não somente em nossos corações, mas em todas as pessoas que têm vontade de mudar o mundo para melhor e de transformar uma educação mais democrática e mais humanizada (Scocuglia, 2019).

3.Primeiras aproximações com o tema da pesquisa

Quando fiz a escolha do tema, instigou-me a buscar alguns artigos que tratam do assunto, foi o de reforçar minha ideia de que discutir a relação entre educação e política é fundamental para formar professores/as capazes de enxergar a realidade social,

especialmente a educacional com um olhar mais atento, crítico e profundo. Antes de aprofundar na pesquisa propriamente, desenvolvi uma breve revisão bibliográfica a partir de cinco artigos que se aproximavam do tema, a educação e política em Paulo Freire. Os artigos foram pesquisados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, utilizando como palavra-chave Paulo Freire ou Política ou Educação. Encontrei 872 artigos com as palavras-chave mencionadas. Após a aplicação do filtro por data, partindo do ano de 2010 até 2023, cinco trabalhos foram destacados. Destes, após a leitura dos resumos, escolhi cinco que mais se assemelham com meu tema de TCC.

O artigo intitulado: “Política e educação sob o olhar de Paulo Freire” (Gomes, 2021) aborda, a partir do livro *Pedagogia do Oprimido*, a visão de Paulo Freire sobre as políticas educacionais como uma oportunidade para a construção de uma escola que desempenha seu papel na sociedade. Segundo o autor, a política educacional proposta por Freire busca despertar a consciência ingênua e promover a consciência crítica, envolvendo os atores sociais no combate à opressão, à negação dos direitos e à injustiça social. Para ele, essas medidas são essenciais para a existência de uma escola democrática e para o enfrentamento de qualquer forma de desumanização do ser humano. Os resultados do estudo, apontam a educação como ato político do conhecimento da realidade, que busca transformar os sujeitos e suas visões de mundo, por meio de um processo que promove a emancipação e que deve ser planejada e desenvolvida num contexto coletivo e politicamente consciente.

O outro artigo de Santos e Trombetta (2021), intitulado “A Educação problematizadora em Paulo Freire: desafios para a sociedade contemporânea”, é um estudo crítico descritivo baseado nas ideias de Paulo Freire, cujo objetivo é refletir sobre as evidências que comprovam a importância dos princípios da educação problematizadora na sociedade atual. Os resultados do estudo comprovam que o diálogo constitui-se como a forma das pessoas adquirirem novas significações acerca do mundo enquanto seres humanos e, com isso, a relação lógica se realiza na dimensão política da educação, permitindo repensar a prática para instaurar os processos de transformação.

O terceiro artigo denominado: “Paulo Freire e a política educacional atual: possibilidades e perspectivas contra-hegemônicas em defesa da educação e da vida”, das autoras Lucília Augusta e Maria da Conceição (2021), tem como objetivo relacionar as ideias do pensamento de Paulo Freire, por meio da conscientização e compromisso com a criação de possibilidades de intervenção, diante da atual situação de

desmantelamento e retrocesso, em uma perspectiva contra-hegemônicas e emancipatória. Os resultados do estudo mostram que é possível construir propostas políticas educacionais de transformação, inclusão, bem como uma educação em que caibam todos sem discriminação. Demonstram que é possível a construção de alternativas de intervenção e perspectiva contra-hegemônica resgatando a dimensão estética da educação da sociedade atual.

Um quarto texto denominado: “Educar é sempre um Ato Político: desafios contemporâneos” de André Luís Castro e Luciane Albernaz (2022), enfatiza a inseparabilidade entre educação e política, bem como a contribuição de Paulo Freire para a pedagogia e filosofia da educação, especialmente diante de um contexto ultra neoliberal. Faz análises das principais teses de Freire, que destacam a natureza política da educação e critica o discurso que nega essa relação como ideológica, pois busca ocultar a realidade sob uma suposta neutralidade educacional. Os resultados do estudo mostram que a superação da opressão da sociedade de classes exige conceber que toda educação é um ato político, problematizando todo o discurso de neutralidade da educação.

O quinto artigo de Pontual e Machado (2021), denominado: “A atualidade do pensamento de Paulo Freire para reinventar as práticas de formação política no âmbito da educação popular” busca analisar a educação popular dentro do contexto do Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe (CEAAL), destacando a importância da formação política como um de seus princípios fundamentais. O objetivo é demonstrar como a presença de Paulo Freire, o primeiro presidente do CEAAL, foi essencial para a formação e atuação desse grupo ao longo de sua história.

Como resultados dos estudos, os autores afirmam que precisa haver uma formação que busque sempre uma adequada leitura do contexto e os respectivos temas geradores, a fim de problematizar a realidade, promover discussões de ética, solidariedade e comunhão entre todas as pessoas. Nessa perspectiva em relação à formação política e ideológica que recusa o dogmatismo, determinismos e qualquer prática autoritária que esteja presente na educação. Para que haja uma prática educativa requer convicção da história como um tempo de possibilidades e os exercícios das virtudes dos seres humanos, bem como da tolerância, da abertura ao novo, da criatividade, da amorosidade, entre outras.

O tema de pesquisa neste TCC é coerente aos artigos revisados e eles mais se assemelham na questão dos desafios da política da educação na sociedade contemporânea nas obras de Paulo Freire, no qual os cinco artigos retratam os desafios da política educacional na sociedade atual que se pretende mais democrática e não tradicional. Creio que a parte mais difícil para as escolas é fazer um ensino que não seja tradicional e elitista; ao contrário, Paulo Freire em suas obras destaca o conceito de uma educação mais humanizadora e crítica que é fundamental para não se alimentar uma educação tradicional. Desse modo, nesse momento da pesquisa, ao aproximar do tema a partir dos artigos mencionados, foi possível elaborar as primeiras reflexões, o que auxiliou o mergulho nas obras de Freire por meio das leituras.

4. Educação e Política: diálogos necessários

Com o objetivo de aproximar as temáticas educação e política sem perder de vistas suas especificidades, pressuponho que ambas se entrecruzam de algum modo, por isso é fundamental buscar entendê-las em separado e ao mesmo tempo, relacioná-las apontando como esse processo se faz. Parto da ideia que a educação está presente em todos os lugares da sociedade, pois envolve tudo o que diz respeito ao aprendizado; já a política é a maneira pela qual organizamos a vida em comunidade e tomamos decisões que afetam a todos e está intimamente ligada à educação, pois não se pode separá-las, uma dá sentido à outra.

No pensamento de Freire(1970) educação é um processo essencialmente libertador que vai além da mera transferência de conhecimentos e, por isso, deve fomentar a conscientização crítica, permitindo que os indivíduos compreendam e reflitam sobre suas realidades sociais, culturais e políticas e, ainda, propõe que a educação seja dialógica, baseada na troca de experiências entre educadores e educandos, momento no qual, ambos se tornam coautores do processo educativo. Dessa forma, a educação se torna um meio de desenvolvimento da autonomia, capacitando as pessoas a questionar a realidade, a identificar as injustiças e a agir para transformá-las.

Nesse ponto, evidencia-se a dialogicidade como uma categoria fundamental, que se faz por meio do diálogo, segundo Freire(1967, p.107), ele “nasce de uma matriz crítica e gera criticidade.” e somente ele “ só o diálogo comunica” e só por meio dele as

pessoas se fazem críticas. Sendo o diálogo um princípio norteador da pedagogia libertadora, quando enfatiza a relação entre a teoria e a prática, porque é uma relação dialógica entre educando e educador em um movimento de ensinar, aprender e ensinar, no qual são os sujeitos do processo, ou seja, a práxis, uma profunda interação necessária entre a prática e a teoria que resulta em uma leitura consciente do mundo e entre suas relações sociais em um movimento de ação-reflexão-ação. A práxis, como objeto de reflexão crítica, essencial para a superação da opressão (Freire, 1970).

É nesse sentido que a dialogicidade desempenha um papel essencial no processo de transformação social porque pode provocar mudanças, contudo, não se trata de um diálogo qualquer, superficial ou conciliatório, mas sim um instrumento poderoso para a conscientização e organização de classe. Esse tipo de diálogo tem como objetivo capacitar os oprimidos a compreender sua condição e a unir-se em uma luta comum para superar as estruturas de opressão (Freire, 1979).

O autor ainda reitera que o verdadeiro diálogo não é romântico nem apaziguador entre opressores e oprimidos, porque o equilíbrio de poder em uma sociedade classista, impede que tal diálogo resulte em mudanças reais. Em vez disso, o diálogo necessário para a emancipação deve acontecer entre os próprios oprimidos, fortalecendo sua organização e consolidando sua força coletiva. Essa abordagem consistente de que a luta contra a opressão não ocorre sem conflito, pois o sistema classista está intrinsecamente ligado à manutenção das desigualdades.

Nessa lógica, a educação é uma prática que visa a emancipação, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e engajados na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, logo, a capacidade de problematizar a realidade, questioná-la, vê-la em sua totalidade, constitui-se em criticidade, outra categoria fundamental para análises sobre a sociedade como um todo. Pensando assim, o autor explica que a educação não deve ser vista apenas como um ato de transferência de conhecimento, mas sim como uma prática de liberdade e um meio para a emancipação dos indivíduos, nesse caso, o educador pode se posicionar como um agente que problematiza a realidade, com o objetivo de conscientizar os alunos e capacitá-los a atuar criticamente no mundo em que vivem.

Freire (1979) também reitera que a educação é um ato político, por isso ela não é neutra; desse modo, ao refletir sobre as transformações sociais ocasionadas por meio da educação, ela pode tanto perpetuar a opressão quanto ser uma ferramenta para a libertação. Assim, segundo Freire, política é a organização e o exercício das relações de poder na sociedade, presente em todas as esferas da vida, inclusive na educação, meio

pelo qual se busca a justiça social e o bem comum. A politicidade, enquanto uma categoria para esta reflexão é essencial pois auxilia as pessoas a debruçarem-se sobre a realidade e participar dela de forma mais consciente.

Sobre as ações políticas, as políticas educacionais e educativas estas devem ser orientadas para a libertação e a transformação das estruturas sociais opressoras e não o contrário. Os sujeitos que delas participam, conscientes de suas realidades sociais e políticas, poderão, a partir do diálogo e da criticidade, participar ativamente da construção de um novo paradigma educacional e social, no qual a educação não seja apenas um instrumento de reprodução das desigualdades, mas sim um meio de emancipação e transformação. Freire destaca que essa participação exige um compromisso ético e político dos educadores e educandos, que devem reconhecer-se como agentes históricos capazes de intervir no mundo para modificá-lo. A ideia de educação se relaciona com a conscientização crítica dos indivíduos para transformação social e libertária das garras dos opressores que desejam manipulá-los; em vista disso, surge a necessidade ter uma educação para a decisão e para a mudança da realidade social e é com essa ideia que busquei elaborar algumas reflexões sobre educação e política.

Nesse sentido, comprometer-se com a libertação da condição de opressão, na perspectiva da mudança social, é essencial; um compromisso com a sociedade, voltado para a transformação e a humanização, portanto, ele só se concretiza à medida que se tem uma atitude comprometida com a realidade social que os indivíduos estão inseridos; nesse sentido, o comprometimento é uma categoria fundamental para esta reflexão. “O compromisso seria uma palavra oca, uma abstração, se não envolvesse a decisão lúcida e profunda de quem o assume. Se não se desse no plano do concreto” (Freire, 1983, p.15). Assim, o compromisso se concretiza também a partir da indissociabilidade entre as ideias e a ação dos indivíduos, isto porque o homem é um ser da práxis exatamente porque tem a capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas associada à sua capacidade de refletir (Freire, 1983).

É importante anotar, que a educação para Freire(2014) é um processo contínuo em que o ser humano herda a experiência acumulada pelas gerações anteriores, mas não de forma passiva. Ele cria, recria e adapta essa experiência às condições de seu próprio contexto, que é sempre influenciado pela história e pela cultura. Dessa forma, o indivíduo participa ativamente na construção de sua realidade, dialogando com o legado do passado enquanto responde às demandas e desafios do presente. Logo, eliminando a

liberdade, o indivíduo fica ajustado ou acomodado em sua capacidade criadora, assim, a luta do homem pela sua libertação, que frequentemente sofre opressão das elites, que o escraviza em nome da sua própria libertação.

Na mesma obra, Freire(2014) alerta que a educação das massas é algo fundamental entre as pessoas, mas ela é vista como uma forma de aliená-las, seja por uma força de mudança e de libertação como também proposta para domesticação e para alienação. Em vista de tal problematização, pode-se afirmar que a educação deve ter como objetivo formar o homem como um sujeito consciente, capaz de refletir sobre si mesmo, seu tempo e seu espaço, para transformar o mundo e, assim, o sujeito terá a sua tomada de consciência.

Em sintonia com essa reflexão, Freire continua a defesa de uma educação que tem como finalidade respeitar o homem na sua função de ser mais enquanto sujeito da sua própria história, processo no qual ele aceita as suas forças para não ser alienado na sociedade. Logo, estar no mundo resulta em entender a realidade e suas relações com o homem e o mundo na medida que vai acontecendo seus desafios no jogo constante de suas respostas, um ato de consciência de entender o que está adiante e o que desafia.

Ao tratar sobre política, Freire a explica como uma dimensão intrínseca à vida social e à educação, o autor aponta que a política se refere à forma como as relações de poder são organizadas e exercidas na sociedade, englobando as decisões que impactam a vida das pessoas. O autor explica que a política deve ser vista como uma esfera em que se busca o bem comum e a justiça social; ainda, defende que a educação e a política estão profundamente interligadas, pois uma educação crítica e emancipadora fortalece a capacidade dos indivíduos de participar ativamente na vida política, promovendo mudanças significativas em suas comunidades. A política nesse contexto, não é apenas uma atividade institucional, mas uma expressão do engajamento social e da busca por direitos e igualdade (Freire, 1970).

O autor também reforça a importância de um engajamento consciente e transformador dos sujeitos sociais e ressalta sobre como as relações de poder são organizadas e exercidas, apontando que a política deve ir além das instituições formais, sendo um espaço de busca pelo bem comum e pela justiça social. A educação, nesse contexto, torna-se uma aliada fundamental para a formação de cidadãos críticos e capazes de transformar a realidade.

Então, a educação tem o poder de ensinar e desensinar, dependendo dos conteúdos e valores que transmite. Ela permite não apenas o aprendizado técnico, mas também a internalização de uma cultura e de valores sociais, promovendo um movimento contínuo de troca entre ensinar e aprender. Nesse processo, as trocas interpessoais se tornam fundamentais, pois cada indivíduo tem seu modo de ensinar e aprender, contribuindo para um desenvolvimento pessoal e coletivo mais rico e significativo. Portanto, é necessário reconhecer que a educação pode ser utilizada de forma contraditória, especialmente quando pautada em um modelo capitalista, ela tende a reproduzir desigualdades, limitando-se a cumprir uma função de controle social ao invés de emancipação. Nesse cenário, a educação se apresenta como um instrumento de manutenção de interesses políticos e econômicos, reforçando uma estrutura autoritária e excludente.

Como o foco deste estudo é dar proeminência à política e à educação e suas relações, é fundamental destacar que as obras de Freire auxiliam as análises políticas e sociais no Brasil. Especialmente na obra *Política e Educação* (1993), o autor defende a educação como um ato essencialmente político e que não pode ser dissociado das relações de poder na sociedade. Ele critica o modelo de educação bancária, que perpetua a opressão ao tratar os alunos como meros receptores passivos do conhecimento, e propõe, em contraposição, uma educação libertadora, baseada no diálogo e na conscientização crítica. Nessa obra, Freire enfatiza a importância da autonomia dos educandos e do papel do educador como mediador do conhecimento, reflete sobre o impacto do neoliberalismo na educação, alertando para os riscos da mercantilização do ensino e da crescente influência do mercado nas políticas educacionais.

Nesta linha de pensamento, pode-se refletir, historicamente, com Saviani(2022) sobre as políticas educacionais que vêm sendo desenvolvidas no país a partir da década de 1930 com a publicação do Manifesto da Escola Nova³ em defesa da escola

³HISTEDBR. Pedagogia escolanovista. A Escola Nova surgiu como uma proposta pedagógica que se opôs ao modelo tradicional de ensino, trazendo inovações no processo educativo. Defende a centralidade do aluno na aprendizagem, a valorização da experiência prática e o respeito às normas higiênicas e disciplinares. A escrita passou a ser tratada de forma mais racional, a leitura silenciosa ganhou destaque como forma de ampliar o acesso ao conhecimento. Diferente do ensino baseado na memorização, os escolanovistas enfatizaram o aprendizado. Na década de 1920, essa proposta se fortaleceu com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por educadores como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. O documento criticava a falta de um sistema educacional adequado às necessidades do país e defendia uma escola pública, gratuita e democrática. A ideia era que a educação deixasse de ser um privilégio das elites e se tornasse um direito acessível a todos, respeitando as diferenças individuais de aprendizagem. No entanto, o manifesto ignorava as desigualdades étnicas e sociais, assumindo uma visão universalista da educação. Esse modelo também se alinhava ao projeto político de Getúlio Vargas, que

pública, laica e de qualidade, uma proposta de renovação educacional que teve grande impacto na Europa, América e no Brasil. O movimento defendia a educação como meio mais eficaz para construir uma sociedade democrática, que respeitasse a diversidade e a individualidade, formando cidadãos conscientes e capazes de participar ativamente na sociedade. Para alguns educadores, a educação deveria estar baseada no desenvolvimento de indivíduos comprometidos com a democracia.

Também, Saviani (2022) explica que a educação como política tem a característica elitizada, haja vista, a reforma de Capanema⁴, em 1942, cuja concepção de educação e também de ensino, é dualista, isto porque o ensino secundário estabeleceu o objetivo de formação das elites detentores de conhecimento porque apenas o ensino secundário dava direito de acesso ao vestibular e as outras carreiras do ensino superior e o ensino técnico davam direito ao acesso às carreiras correspondentes ao mesmo ramo cursado pelo estudante; essa política preconizava e separava o ensino das elites que se destinavam ao trabalho intelectual e o ensino popular que era voltado para a preparação e adestramento dos trabalhadores manuais, ou seja, para mão-de-obra barata.

Ainda assim, o mesmo autor aponta que o contexto da sociedade brasileira nos anos de 1960 projetou mudanças na legislação educacional e, assim, as diretrizes gerais da educação foram ajustadas para se adequar à nova situação política com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 4.024/61. Essa lei não trouxe inovações substanciais, mas regulamentou o que já existia, consolidando a estrutura do ensino brasileiro. Entre suas principais disposições, distribuíram a obrigatoriedade do ensino primário, especificações a educação secundária e superior, definindo a atuação do setor privado na oferta de ensino e reforçou a descentralização da educação, concedendo maior autonomia aos estados e municípios na gestão educacional.

buscava ampliar a oferta de escolas e o número de matrículas, consolidando a educação como ferramenta de desenvolvimento nacional. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/pedagogia-escolanova>

⁴HISTEDBR. Reforma Capanema. Durante o período do Estado Novo (1937-1945), uma regulamentação do ensino foi consolidada a partir de 1942 com a implementação da Reforma Capanema, formalizada por meio das Leis Orgânicas do Ensino. Essa reforma reestruturou o ensino industrial, modernizou o ensino comercial e levou à criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Além disso, promoverá mudanças significativas no ensino secundário. Gustavo Capanema, que esteve à frente do Ministério da Educação entre 1934 e 1945, foi o responsável por essa reformulação educacional durante o governo de Getúlio Vargas. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/reforma-capanema>

Refletindo ainda com Saviani (2022), nos anos de 1980, após a redemocratização do Brasil, houve uma crescente demanda por uma educação que respondesse às expectativas sociais por justiça, igualdade e direito à educação de qualidade. Durante esse período, o movimento pela educação pública e de qualidade ganhou força, refletindo as aspirações de amplas camadas da população que buscavam maior acesso e melhores condições de ensino.

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964–1985), o projeto educacional foi moldado sob um regime autoritário, em que a educação foi instrumentalizada para atender aos interesses do Estado. A promulgação da Lei nº 5.692/71, que reformulou o ensino de 1º e 2º graus, exemplifica essa lógica: priorizou a formação técnico-profissional, com o objetivo de preparar mão de obra para o mercado, em detrimento de uma educação crítica e humanizadora. Essa reforma, imposta sem diálogo com a sociedade civil ou os educadores, revela como a política educacional da época refletia as contradições de um regime que suprimiu liberdades, inclusive no campo educacional. Somente com a Constituição Federal de 1988 é que se passou a garantir a educação como um direito de todos, orientada pelos princípios da igualdade, liberdade e pluralismo de ideias, o que marca uma tentativa de reconstrução democrática do sistema educacional brasileiro (FERNANDES; FERNANDES; PAIVA, 2022; SILVA, 2021).

Inclusive, Freire(2014), ao abordar a exclusão dos analfabetos da participação política, faz uma crítica à estrutura desigual da democracia brasileira e mundial, especialmente no século XX. No Brasil, até 1985, os analfabetos eram proibidos de votar, o que configurava uma democracia parcial e excludente. Freire argumenta que essa restrição eleitoral não era apenas uma consequência da falta de instrução formal, mas uma estratégia das elites para manter o controle político e econômico, impedindo que as classes populares, majoritariamente analfabetas, influenciassem nas decisões políticas do país. Assim, a exclusão eleitoral dos analfabetos reforçava uma democracia seletiva, que favorecia os interesses das camadas dominantes.

Apesar das conquistas em termos de inclusão e de um discurso mais voltado para a democratização do ensino, ainda persistiam os desafios como o fenômeno da privatização e a introdução de modelos gerenciais na educação que começaram a ganhar destaque, mas que de certa forma, continuavam a perpetuar as desigualdades. Na década de 1990, com a implementação da LDB 9.394/96, houve uma tentativa de avançar em

direção a uma educação mais integrada e inclusiva. O autor pontua que, mesmo com as mudanças legais e a intenção de promover uma educação mais acessível, os padrões de dualismo e segregação social persistem na prática, resultando em uma formação que muitas vezes não preparava os estudantes de maneira equitativa para os desafios da vida em sociedade (Saviani, 2022).

Ressalte-se, a 9.394/96 foi o principal marco regulatório da educação no Brasil, que ampliou a concepção de educação, com vistas aos princípios democráticos da Lei, como se pode ver no TÍTULO I – Da Educação. Art. 1º, “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 2017, p.8).” E ainda vincula a educação ao trabalho e a prática social com vistas a formar cidadãos críticos e atuantes, capazes de transformar a sociedade em que vivem.

Desse modo, pode-se afirmar que os documentos educacionais que foram se constituindo ao final do século XX, trouxeram desejos, intenções de democratizar a sociedade e a educação e, também, as lutas pela inclusão. Porém, as políticas neoliberais já demonstram suas interferências na educação, priorizando a eficiência e a competitividade em detrimento da equidade e da inclusão, o que passa a acentuar as desigualdades ao tratar a educação como um produto e não como um direito social.

Noma e Lima(1990) também se referiram às reformas educacionais dos anos de 1990, influenciadas pelo neoliberalismo que buscavam transformar a educação em um produto mercadológico. As palavras de ordem foram eficiência e competitividade, promovendo a privatização e a diminuição do papel do Estado, introduzindo uma lógica de gestão gerencial enfatizando a eficácia e a responsabilidade por resultados. O Estado passou a atuar mais como regulador e coordenador, delegando a execução de serviços educacionais a instituições privadas e organizações da sociedade civil. Essa abordagem reflete a ideia de um "Estado mínimo", que priorizava a redução de gastos públicos e a transferência de responsabilidades para o setor privado. As reflexões trazidas por Saviani(2022), Noma e Lima (1990) retratam uma realidade de exclusão social e ao mesmo tempo de opressão, além da submissão da educação aos ditames mercadológicos, o que merece ter um olhar mais crítico e emancipador.

Ainda sobre a realidade da sociedade brasileira, vale registrar a obra *A ralé brasileira: quem é e como vive*, de Jessé Souza (2009), que traz uma visão crítica sobre as desigualdades estruturais no país e seu impacto na educação e na política. O autor argumenta que a desigualdade social se define pelo acesso desigual a bens materiais e simbólicos, que dependem da disputa e da competição social. No entanto, análises superficiais deixam de considerar as profundas transformações que ocorreram na sociedade brasileira, como a urbanização, a industrialização, a expansão do setor estatal e o fortalecimento da economia monetária. Diferentemente de sociedades agrárias com pouca diferenciação social, o Brasil atual possui uma estrutura complexa e moderna, ainda que marcada por desigualdades (Souza, 2009). O contraste entre crianças da classe média e aquelas pertencentes às camadas mais pobres é evidente: enquanto as primeiras crescem em um ambiente que favorece o aprendizado, com incentivo diário e apoio familiar, as crianças da “ralé” chegam à escola sem essa base, o que as coloca em desvantagem desde os primeiros anos escolares. Desconsiderar essa diferença é cair na ilusão de que todos possuem as mesmas condições de competir, ignorando que a desigualdade social é estruturada e reforçada ao longo da vida (Souza, 2009).

Gostaria também de ressaltar as reflexões sobre dois grandes projetos que transitam nos ares da política educacional brasileira, que são “Escola Sem Partido” e a militarização das escolas. O primeiro visa estabelecer regras para o professor sobre o que ele pode ou não falar dentro da sala de aula, para se “evitar” uma possível doutrinação ideológica e política. Ele existe desde 2004, criado pela sociedade civil organizada, que tem como proposta determinar os deveres do professor. Segundo Sanfelice (2016, p. 243), esse movimento,

Ataca diretamente esse profissional, na sua liberdade acadêmica. A construção do trabalho docente seria determinada pelos interesses privados das famílias e das comunidades e, em detrimento dos conteúdos públicos estabelecidos em diretrizes ou das escolhas pedagógicas das escolas e seus docentes. (SANFELICE, 2016, p. 243)

Dessa maneira, a “Escola Sem Partido” representa uma ameaça à autonomia pedagógica e ao direito constitucional da liberdade de ensinar, aprender e criticar. Em

vez de promover o pluralismo de ideias e a formação crítica, prega a censura e a limitação do debate, contribuindo para um modelo educacional autoritário e conservador, que desconsidera o papel emancipatório da educação na construção de uma sociedade democrática.

O segundo projeto que vem se solidificando é a militarização-civil das escolas. Esse movimento vem colocando em risco, não só a escola pública, mas a educação de forma mais ampla, a formação das próximas gerações e a própria democracia. Essas escolas civis públicas estão vinculadas às secretarias distrital, estaduais e municipais de educação, que por meio de convênio com as secretarias de segurança ou polícia militar, passaram a ser geridas em conjunto com as polícias ou passam a contar com a presença de monitores cívico-militares. Mas que projeto é esse? Militarizar a escola em tempos de lutas pela democratização? Não seria, atualmente, uma contradição? Tal projeto dissemina valores de obediência cega, disciplina autoritária e supressão do debate crítico, exatamente o oposto do que se espera de uma educação voltada para a cidadania ativa e consciente. Ao transferir para o ambiente escolar uma lógica militar, corre-se o risco de anular a diversidade de pensamento, o respeito às diferenças e a construção de uma sociedade baseada na justiça social e nos direitos humanos.

Assim, ao analisar esses dois projetos, o “Escola Sem Partido” e a militarização das escolas, é possível perceber o avanço de propostas que, em vez de fortalecer a democracia e a autonomia educativa, tendem a silenciar vozes, restringir liberdades e consolidar práticas autoritárias, em um grave retrocesso para a educação pública brasileira.

Diante da análise dos projetos “Escola Sem Partido” e da militarização das escolas, evidencia-se uma perigosa tendência de restrição das liberdades educacionais e do enfraquecimento da função crítica e emancipatória da escola pública. Ao invés de promover o pluralismo de ideias e a formação de cidadãos autônomos, essas propostas reforçam práticas autoritárias, impedindo o livre debate, a reflexão crítica e o exercício da cidadania plena.

A proposta do “Escola Sem Partido” surge sob o argumento de combater uma suposta doutrinação ideológica nas escolas, buscando limitar a atuação pedagógica dos professores. No entanto, ao impor regras sobre o que pode ou não ser abordado em sala

de aula, esse movimento atinge diretamente a liberdade de cátedra, prevista no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que garante a liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

O movimento instrumentaliza conceitos como “neutralidade” e “imparcialidade” para censurar conteúdos e posições que questionem estruturas de poder, desigualdades sociais ou abordagens progressistas sobre gênero, raça e política. O cerne do problema está no fato de que nenhuma prática educativa é neutra, toda educação é, como afirmava Paulo Freire, um ato político. Nesse sentido, ao tentar “despolitizar” a educação, o Escola Sem Partido, na verdade, impõe uma agenda política conservadora e autoritária, na qual o professor deixa de ser sujeito crítico e passa a ser mero executor de conteúdos “autorizados”.

Além disso, a proposta desloca o centro do debate educacional da formação crítica e cidadã para um ambiente de vigilância e autocensura, dificultando a construção de saberes democráticos. Como aponta Sanfelice (2016), trata-se de um projeto que esvazia o papel emancipador da escola pública, subordinando o ensino aos interesses e crenças particulares de grupos conservadores.

Por outro lado, a militarização das escolas públicas, especialmente a partir de 2019 com o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), representa outro ataque à autonomia educacional. Baseado em uma lógica hierárquica e disciplinadora, esse modelo busca substituir a gestão pedagógica por uma lógica militar, centralizada na disciplina rígida, no uniforme, nos hinos e no silenciamento da diversidade.

Embora os defensores do modelo afirmem que ele melhora a disciplina e o rendimento escolar, diversas pesquisas apontam que tais ganhos são circunstanciais e superficiais, enquanto os riscos à formação cidadã, à inclusão e à liberdade de expressão são profundos. Ao suprimir o espaço para o diálogo, o erro e o questionamento, elementos centrais do processo pedagógico, a militarização fragiliza os princípios democráticos e pluralistas da escola pública.

É importante destacar que o modelo militarizado inviabiliza o desenvolvimento de uma pedagogia voltada à justiça social, à valorização da diversidade e à formação de sujeitos críticos. Em vez de preparar os estudantes para pensar, debater e transformar o

mundo em que vivem, os prepara para obedecer e se adaptar, reforçando desigualdades e preconceitos estruturais.

Portanto, tanto o projeto “Escola Sem Partido” quanto a militarização escolar representam formas contemporâneas de controle ideológico que, sob a aparência de neutralidade e ordem, ocultam um projeto de sociedade autoritário, excludente e antidemocrático.

A escola, como espaço de construção democrática, deve possibilitar o diálogo, a diversidade de pensamento e o respeito às diferenças, e não ser transformada em instrumento de controle ideológico ou disciplinar. Em tempos de tantos retrocessos sociais e políticos, defender a liberdade de ensinar e aprender, bem como a autonomia das instituições educativas, é reafirmar o compromisso com a democracia, a justiça social e a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na transformação da sociedade.

Em vista do cenário social e político que o Brasil configura, a proposta de uma educação baseada na problematização da realidade que, analisada criticamente pode contribuir para que ela seja modificada. É nesse momento que pode-se entrever a relação política e educação, por meio de uma formação crítica que leva as pessoas a se tornarem agentes de mudança, participando e engajando-se ativamente na busca por uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Assim, a educação libertadora se torna uma ferramenta essencial para que os indivíduos não apenas compreendam sua realidade, mas também atuem sobre ela, promovendo mudanças que visem à construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

5. Educação libertadora: um caminho possível, uma utopia

Tendo em vista que o Brasil, uma sociedade em transição e que precisa quebrar alguns paradigmas para fazer mudanças de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta, o papel da educação é fundamental. Nesse cenário, a educação pode contribuir para as mudanças sociais, combatendo as desigualdades e buscando uma sociedade justa e humanizadora e que seus sujeitos consigam pensar o seu papel diante do mundo,

no mundo e com o mundo, atuando, participando como sujeitos políticos. Mas de qual educação se trata essa possibilidade? Em uma perspectiva freireana, qual educação pode trazer mudanças sociais? A bancária ou a problematizadora?

Com base nas obra de Freire, já mencionei que a educação é eminentemente, um ato político, pois, em toda ação há uma intenção, uma finalidade, uma direção, há sonhos, valores, ideais, utopias e objetivos implícitos e explícitos, sabe-se onde se quer chegar, portanto, os seres humanos são seres históricos e culturais e tudo que por eles passam constitui-se a sua ação concreta. Nessa perspectiva, a educação deve preparar os indivíduos para a ação política, promovendo uma consciência crítica que os capacite a questionar e transformar a realidade, é basicamente a serviço da emancipação dos oprimidos. A prática educativa é inseparável da política, pois ambas influenciam a realidade social; é um processo que exige a participação ativa do indivíduo, uma busca realizada por sujeitos conscientes, e não como algo imposto de forma unilateral, protagonistas de sua própria educação, assumindo o papel de sujeitos no processo de aprendizagem, e não sendo tratado como um objeto passivo a ser moldado ou preenchido, Freire(1979).

Ainda, a ideia de que "ninguém educa ninguém" reflete a necessidade de uma relação dialógica, em que tanto o educador quanto o educando aprendem e crescem juntos, por isso, a educação não pode ser apenas um ato de transmissão de conhecimentos, mas sim, um processo de construção mútua, em que cada indivíduo é respeitado como um ser capaz de pensar, refletir e agir sobre o mundo para transformá-lo. Essa abordagem coloca a educação como uma prática libertadora e essencial para a humanização, Freire(1979). Nesse sentido, para superar a concepção ingênua de pedagogia e promover a mudança social e política, segundo o autor, é essencial combater também a transformação das estruturas opressoras da sociedade classista, Freire(1979).

Freire não separa o ato pedagógico do ato político; para ele, ensinar é sempre um ato político, e a educação deve estar comprometida com a transformação social em oposição ao pessimismo sociológico, que afirma que a educação apenas reproduz mecanicamente a sociedade. Freire propõe uma pedagogia crítica, que engaje o educador e os demais profissionais da educação na luta por justiça social e emancipação dos oprimidos. Ele reconhece a necessidade de aprofundar e compreender tanto o

pedagógico da ação política quanto o político da ação pedagógica. Segundo o autor, a educação é, essencialmente, um ato de conhecimento e conscientização que, por si só, não é suficiente para libertar a sociedade da opressão. Para alcançar essa libertação, é necessário promover um diálogo constante sobre a realidade da sociedade, permitindo que as pessoas tomem consciência de sua situação real, Freire(1979).

Conscientes, os homens serão capazes de expressar as insatisfações sociais causadas pelas situações de opressão, além disso, a conscientização não deve ser dirigida apenas ao opressor, mas também ao oprimido. Somente por meio dessa conscientização é possível evitar que, ao se libertarem, os oprimidos se tornam opressores, reproduzindo um ciclo de dominação que precisa ser rompido, Freire(1970). Por isso, educar vai além da transmissão de conhecimento. Significa conscientizar os indivíduos sobre sua realidade, suas contradições e sua capacidade de transformação. Não se trata de uma educação neutra, mas de um processo político e subversivo que busca romper com a ordem opressora. Para que isso seja possível, é fundamental que os oprimidos assumam um papel ativo, refletindo sobre sua situação e satisfeitos para mudá-la (Freire, 1979). Desse modo, o autor conclui que a educação e o diálogo crítico tornam-se ferramentas indispensáveis na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Freire(1970) , destaca sobre a educação bancária como uma forma de opressão:

A sua irrefreada ânsia. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é "encher" os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. (Freire, 1970, p.33)

O trecho da obra de Freire, explica que, nessa perspectiva, o educador é visto como um agente indiscutível, cuja tarefa é "encher" os educandos com conteúdos retalhados da realidade, desconectados completamente da vivência e da realidade dos sujeitos. Esses conteúdos, ao serem desprovidos de sua dimensão concreta, transformam-se em palavras ocas, alienantes para o sujeito que as recebe. Assim, o educador assume o papel de sujeito que conduz os educandos a aprenderem de forma mecânica, por meio da memorização de conteúdos. Esse processo transforma os

educandos em "vasilhas" ou recipientes a serem preenchidos pelo educador, que deposita cada vez mais informações nesses recipientes.

Nesse modelo, o educador é valorizado à medida em que "enche" mais os educandos com seus conteúdos.

Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. (Freire,1970,p.33)

A educação, assim, torna-se um ato de depósito, no qual os educandos são os depositários e o educador é o depositante. Todavia, o educador apenas transmite informações, comunicando conteúdos que os educandos recebem passivamente, memorizam e repetem sem questionamento. Esse processo caracteriza o que Paulo Freire denomina como a concepção bancária da educação. Nesse modelo, os educandos são reduzidos a receptores passivos, que armazenam os depósitos de conhecimento como se fossem arquivos, sem conexão crítica com a realidade e sem espaço para a criatividade ou a reflexão Freire (1970).

Segundo Freire (1970, p.34), "o educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca." Então, o educador que aliena a ignorância mantém-se em uma posição invariável, sendo sempre aquele que sabe, enquanto os educandos são vistos como aqueles que não sabem. Essa rigidez nas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca e transforma os educandos em alienados, tornando-os escravos que reconhecem sua ignorância como a justificativa para a existência do educador.

Ademais, a verdadeira educação implica a superação da contradição entre educador e educandos, tornando ambos, simultaneamente, educadores e educandos. Nesse sentido, a concepção bancária de educação, criticada por Paulo Freire, reduz o processo educativo a um ato de depósito e transmissão de valores e conhecimentos, sem permitir uma superação crítica dessa relação. Pelo contrário, essa abordagem reflete a

estrutura de uma sociedade opressora, incentiva a cultura do silêncio e reforça as contradições sociais Freire(1970).

Nessa visão educativa os indivíduos são tratados como seres de adaptação, acumulando os depósitos de informações feitos pelo educador, por isso, não promove o desenvolvimento de uma consciência crítica, mas, anula ou reduz o poder criador dos educandos, estimula a ingenuidade e desestimula a criticidade, satisfazendo assim os interesses dos opressores. Para esses, o objetivo fundamental não é transformar o mundo, mas moldar a mentalidade dos oprimidos, fazendo com que aceitem e se adaptem à sua situação de opressão. Isso perpetua o domínio dos opressores sobre os oprimidos Freire(1970).

Essa reflexão pode ser associada à imagem simbólica apresentada na música "*Another Brick in the Wall*", do Pink Floyd, que retrata a figura de um professor que humilha e desumaniza seus alunos, tratando-os como meros números em uma fábrica de conformidade. O professor, nesse cenário, também é apresentado como alguém ignorante, preso às normas rígidas de um sistema opressor, e incapaz de reconhecer o potencial criador dos alunos. A música serve como uma crítica contundente à educação bancária, destacando a necessidade de uma prática pedagógica mais humanizadora e libertadora (Another Brick In The Wall - Pink Floyd, Legendado PT-BR(2013).

Na defesa de uma educação que aciona o compromisso, o diálogo, a criticidade e a politicidade, Freire(1979) explica que a educação não deve ter o papel de adaptar o indivíduo à sociedade, mas que seja instrumento que permita ao homem desenvolver sua consciência crítica, reconhecendo seu papel como agente de transformação, recriando a cultura e protagonizando sua própria história. É o que Freire(1979) denominou de promover o "ser mais", permitindo que o homem busque e alcance sua plenitude como sujeito histórico e transformador e, essa busca, não pode ser realizada de forma isolada, mas na comunhão e solidariedade entre os indivíduos, coletivamente, ou seja, por meio da educação como prática da liberdade,

Daí que, para esta concepção como prática da liberdade, a sua dialogicidade comece, não quando o educador-educando se encontra com os educandos-educadores em uma situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes. Esta inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação. Para o "educador-bancário", na sua antialogicidade, a pergunta, obviamente, não é a propósito do conteúdo do diálogo, que para ele

não existe, mas a respeito do programa sobre o qual dissertará a seus alunos. E a esta pergunta responderá ele mesmo, organizando seu programa. (Freire, 1970, p.47)

A dialogicidade começa quando o educador se questiona sobre o que realmente será dialogado com os educandos em relação ao conteúdo a ser ensinado; o que ele quer de fato, comunicar, ou seja, com essa atitude dialógica e problematizadora sobre o conteúdo programático oficial imposto pelos currículos padronizados, prontos e acabados que perpetuam a opressão. Segundo Freire(1970) é um processo de revolução organizada e sistematizada, que se nutre dos conhecimentos e experiências dos educandos, ainda que esses saberes estejam inicialmente desorganizados, que valoriza a contribuição dos educandos para que, uma vez engajados, todos(as) possam participar ativamente do processo educativo.

A educação bancária ao separar os homens do mundo, tratando-os como espectadores passivos, e não como criadores da realidade, de certo modo, transforma a consciência humana em um compartimento que recebe os conteúdos do mundo de forma passiva, sem questioná-los ou ressignificá-los. Nesse modelo, o educador limita-se a disciplinar a entrada do mundo nos educandos, enchendo-os de conteúdos fragmentados que são aceitos como verdades absolutas, o que gera um processo de alienação, adaptação e submissão ao sistema o que se amplia e reflete em uma imitação servil e acrítica de outras culturas e nações, o “resulta em uma sociedade alienada e dependente, incapaz de se reconhecer ou valorizar suas próprias características culturais Freire(1970).”

Nessa linha de raciocínio Freire(1970) afirma que a educação bancária busca controlar o pensamento e a ação, ajustando os indivíduos ao mundo tal como ele é, enquanto inibe seu poder criador e sua capacidade de atuar. Por vezes, o educador é apresentado como um agente de transformação social, mas sua atuação é condicionada por fatores sociais, políticos e econômicos. Ao contrário de tal prática, Freire defende o caráter problematizador da educação e do educador.

O autor (1979) explica que não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia mais humanizadora por meio da pedagogia da pergunta como antídoto à essa

educação que aliena e não desvela a realidade tal como ela é e, tão pouco, desperta a curiosidade para mudá-la. Essa pedagogia deve estabelecer com os oprimidos uma relação dialógica constante e por meio da reflexão e da ação, permita aos oprimidos descobrirem a realidade e se reconhecerem como os refazedores de sua própria história e transformá-la, portanto, ela seria o antídoto a educação bancária. É necessário, portanto, problematizar as relações dos indivíduos com o mundo, ajudando-os a se preocupar como sujeitos históricos e protagonistas de sua própria libertação, respondendo, principalmente, à essência da consciência humana, que parte de sua intencionalidade e está ancorada na comunicação natural, própria e autêntica.

Nesse sentido, os estudos de Freire demonstram que no processo de uma educação libertadora e problematizadora não se transfere conhecimentos ou valores como se os educandos fossem pacientes submetidos, ao contrário, ela exige, desde o início, uma superação da contradição entre educador e educandos, estabelecendo uma relação dialógica entre ambos, ou seja, ela promove a libertação, por meio da dialogicidade como base de sua prática, estabelecendo uma relação horizontal entre educadores e educandos (Freire, 1970)

No modelo dialógico de educar, proposto por Freire, o educador não é mais o único que educa; ao contrário, ele educa e é educado em um diálogo constante com os educandos. Estes, por sua vez, ao serem educados, também educam o educador, tornando-se ambos os sujeitos ativos do processo educativo. Nesse contexto, a autoridade não se exerce de forma opressiva, mas em favor da liberdade. Portanto, "ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho; os homens se educam em comunidade, mediatizados pelo mundo e pelos objetos que podem ser conhecidos" (Freire, 1970).

Na prática problematizadora, o diálogo entre educador e educandos é o elemento central e o educador problematizador está constantemente revisando seu modo de pensar e, ao mesmo tempo, conhece e aprende com os educandos. Os educandos deixam de ser recipientes passivos de conhecimento e passam a ser investidores críticos, engajados em um diálogo transformador com o educador (Freire, 1970). O papel do educador problematizador é, portanto, criar condições para que os educandos superem o

conhecimento ingênuo e alcancem um conhecimento verdadeiro, baseado em uma inteligência crítica e transformadora da realidade.

Ainda, de acordo com Freire(1970), a educação problematizadora promove a emergência das consciências, permitindo a descoberta crítica do mundo porque os educandos problematizados como seres humanos inseridos no mundo e com o mundo, se sentem desafiados a compreender e responder aos desafios de sua realidade em sua totalidade; o objetivo não é acumular informações, mas desenvolver a capacidade crítica de captar e compreender o mundo em suas relações dinâmicas, uma vez que a realidade deixa de ser estática e passa a ser vista como um processo em constante transformação. É basicamente, pensar a si mesmo e ao mundo simultaneamente, sem separá-los, sem fragmentar o processo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a educação problematizadora, comprometida com a libertação, empenha-se na revelação da realidade, promove o diálogo como um ato indispensável de reflexão, incentiva a criatividade e estimula a criticidade e a reflexão e a ação dos indivíduos sobre sua realidade, valoriza a condição inconclusa do ser humano. Ela insiste na mudança, promovendo a reflexão crítica e a ação transformadora como elementos centrais do processo educativo, confirma o caráter histórico e a historicidade dos indivíduos, entendendo-os como seres em constante transformação. Esses indivíduos, sendo inacabados e conscientes de sua inconclusão, estão em interação contínua com uma realidade que também é histórica e inacabada (Freire, 1970).

Com base nessas reflexões, a educação é um processo permanente e que reflete a inconclusão dos indivíduos e o desenvolvimento da realidade, porque ela se renova constantemente na práxis, unindo a permanência à mudança, logo, é necessário que as situações vividas pelos educandos não sejam percebidas como algo fatal ou imutável, ao contrário, possam ser enxergadas como problemas a serem analisados criticamente, podendo eles, intervir na realidade, superar suas limitações e transformar seu contexto por meio de um ato consciente e reflexivo (Freire,1970). Necessariamente, essa proposta educativa leva à humanização, à libertação, à emancipação e exige que os educandos sejam ativos em sua formação para que possam superar o intelectualismo alienante, o

autoritarismo do educador bancário e a falsa consciência sobre o mundo (Freire, 1970). Portanto, é nesse sentido que a educação tem um papel essencial na mudança social.

É importante que o educador compreenda a complexidade da estrutura social em seu dinamismo e estabilidade, capte a totalidade da realidade social. Mudança e estabilidade, dinamismo e permanência, são elementos específicos da estrutura social. Nenhuma estrutura é completamente estática ou totalmente dinâmica; ambas coexistem e interagem de forma dialética, segundo Freire(1979). Ainda que as estruturas sociais possam resistir à transformação, elas também se renovam, mostrando que estabilidade e mudança não são opostas absolutas, mas aspectos interdependentes de uma mesma realidade. A mudança não deve ser vista como um processo linear ou gradual, ao contrário, ela ocorre por meio de rupturas e cristalizações, em que a contradição atua como motor da transformação. Da mesma forma, a estabilidade não implica imobilidade, mas uma tendência à normalização das estruturas. Enquanto a mudança renova as instituições econômicas, políticas, sociais e culturais, a estabilidade mantém o equilíbrio sonoro dessas mesmas estruturas (Freire, 1979).

Na lógica freireana, o educador que opta pela mudança, sua ação educativa deve incidir sobre a realidade que precisa ser transformada em conjunto com as pessoas, e não sobre elas de maneira unilateral e impositiva, no sentido de doutriná-las, adaptá-las, submetê-las a uma realidade pronta e acabada, ao contrário, é caminhar juntos em um processo de libertação mútua, de conscientização e emancipação para que possa haver transformação social no âmbito do "viável histórico". Isso porque, nem sempre é possível realizar mudanças no momento ou da forma desejada. Por isso, o autor nos alerta ao fato de que não podemos ser ingênuos ao esperar resultados positivos de programas educativos, tecnicistas ou de ações políticas que desconsiderem a visão de mundo do povo, que se configura como um ato impositivo e desrespeitoso à identidade e à autonomia dos sujeitos (Freire, 1970).

Por essa razão, muitas vezes os projetos educativos, as políticas educativas e educacionais não sincronizam com a realidade concreta dos indivíduos, pois não há diálogo e, nesse caso, há uma imposição de um discurso alienado e alienante ao mesmo tempo, incorrendo em um processo de afastamento entre a realidade e a possibilidade, a conscientização e a transformação.

Assim ao estender a leitura da obra "À sombra desta mangueira" na qual ele trata sobre educação como prática da liberdade, a relação entre educação e política, e a importância da esperança na luta por um mundo mais justo, é possível perceber as afirmações de Freire sobre as mudanças impostas autoritariamente, sem um esforço contínuo de diálogo e conscientização porque elas estabelecem a submissão, o medo e a passividade.

É ilusão pensar que um projeto político comprometido com a justiça social possa se sustentar apenas em medidas verticais, sem um processo educativo, participativo e democrático (Freire, 2015). A necessidade de unidade reforça a dimensão pedagógica da política. A prática democrática e crítica das lideranças progressistas deve ser um testemunho vivo de compromisso e ética, tanto para seus militantes quanto para a sociedade. Apesar das dificuldades internas, não há dúvida de que as posições progressistas têm sido fundamentais para o avanço do debate político no Brasil. A resistência da direita em apresentar uma alternativa sólida evidencia o impacto das pautas progressistas. Como resposta, esse campo político tem sido levado a incorporar, ainda que de forma estratégica, temas como inclusão social, participação cidadã e justiça, bem como elementos tradicionalmente associados a discursos que antes rejeitavam. No entanto, essa apropriação tende a ser superficial, com o objetivo principal de manter sua legitimidade diante de uma sociedade cada vez mais crítica e politicamente consciente (Freire, 2015).

No contexto dessa obra, nos anos de 1990, segundo o autor, o Brasil nunca precisou tanto de homens e mulheres progressistas, comprometidos com a transformação estrutural da sociedade. A esperança que surge em períodos de mudança política precisa ser acompanhada por uma ação concreta em favor da democracia e da justiça social. A travessia do autoritarismo para a democracia não pode se encerrar no plano institucional; é necessário que essa democracia se expanda para as relações sociais, para a economia e para os direitos do povo.

O autor também se refere à luta por igualdade que exige dos movimentos sociais que transcendam suas pautas específicas e se unam em torno de uma transformação ampla. O racismo, por exemplo, não pode ser combatido apenas no nível cultural ou legal, mas precisa ser enfrentado como parte de uma estrutura socioeconômica desigual.

Da mesma forma, todas as formas de opressão são fortalecidas quando os que sofrem não conseguem superar diferenças pontuais para formar uma frente de resistência comum (Freire,2015).

E o autor continua a afirmar que a crítica ao capitalismo se sustenta em sua própria lógica excludente, que, mesmo em tempos de abundância, condena milhões à miséria. O discurso que tenta naturalizar essa desigualdade, apresentando-a como um destino inevitável, é uma forma de neutralizar a indignação e impedir a organização dos explorados, além disso, a injustiça não é uma fatalidade, mas uma construção histórica que pode e deve ser desmantelada (Freire,2015). Por isso, a luta política não tem sentido se não estiver ancorada em um compromisso ético com a transformação social. O erro e o equívoco fazem parte da construção do conhecimento, mas somente em um ambiente onde a liberdade de questionar e criticar seja garantida. A política progressista não pode se reduzir a uma simples formação técnica desprovida de reflexão. A verdadeira preparação deve ser crítica, engajada e orientada para a emancipação dos sujeitos e a transformação do mundo (Freire,2015).

7. Considerações Finais

Finalizo sem concluir porque o tema tratado neste estudo foi constantemente problematizado, inclusive essas considerações; indagações a respeito daquilo que Freire concebe como educação e como política, o contexto formativo de suas publicações, a relação entre política e educação e a aproximação do seu pensamento com a realidade atual desigual de nossa sociedade.

Em um primeiro momento, quando fiz a escolha do tema, me pareceu que a emancipação construída dentro do Curso de Pedagogia, de certo modo, me direcionou para as reflexões que hoje manifesto neste texto: uma formação mais problematizadora e autêntica. Eu queria muito aprofundar sobre essas questões e compreender o que de fato Freire explicita sobre política e educação, além de suas relações e, isso se justifica, também porque foi a partir da formação no interior do curso que eu pude olhar para sociedade com outros olhos, mais crítico e curioso. Passei a repará-la, captando as

contradições, os antagonismos e problematizando-os, ou seja, a práxis se concretizou à medida que fui me conscientizando a partir da minha própria formação.

Fui compreendendo que educação está presente em todos os lugares da sociedade, pois envolve tudo aquilo que se relaciona ao aprendizado e à formação do ser humano. Mais do que uma simples transmissão de conteúdos, a educação é um processo essencialmente libertador, capaz de promover a conscientização crítica. Ela permite que os indivíduos compreendam e reflitam sobre suas realidades sociais, culturais e políticas, despertando neles o desejo e a responsabilidade de transformá-las. Assim, educar não é apenas ensinar algo novo, mas construir conhecimento de forma conjunta, com respeito mútuo e compromisso com a transformação social.

Entendo, portanto, que a educação que emancipa é aquela que desenvolve a autonomia, estimula o pensamento crítico e capacita as pessoas a questionar as injustiças do mundo para agir com ética e solidariedade. Aprender, nesse contexto, é mais do que adquirir informações: é tornar-se consciente do seu papel no mundo e agir para transformá-lo.

Por outro lado, compreendi que a política é a forma pela qual organizamos a vida em sociedade e tomamos decisões que afetam o coletivo. Ela está presente em todos os aspectos da convivência social e determina os rumos que a sociedade deve seguir. A política não se limita aos governos ou partidos; ela se expressa nas relações de poder, nas escolhas públicas, nas leis e também nas decisões educacionais.

Percebo que política e educação estão profundamente interligadas. Não é possível separar uma da outra, pois ambas atuam na formação dos sujeitos e na construção de uma sociedade mais justa ou mais desigual, dependendo de como são conduzidas. A política define prioridades, distribui recursos e propõe caminhos para a educação; já a educação, por sua vez, forma cidadãos críticos, capazes de participar ativamente das decisões políticas.

Assim, entendo que a política é exercida por autoridades, mas também por todos nós, enquanto sujeitos sociais. É por meio dela que decidimos o que é importante para o bem comum, e por isso, a educação precisa ser também um ato político, comprometido com a transformação social e com a emancipação dos indivíduos.

Mas elas se encontram à medida que uma promove a outra, porque é por meio da educação que os indivíduos desenvolvem consciência crítica para compreender e participar ativamente da política, questionando injustiças e propondo mudanças. Da mesma forma, a política cria as condições para que a educação aconteça, por meio de leis, investimentos, políticas públicas e decisões que influenciam diretamente a qualidade do ensino. Quando há uma educação comprometida com a formação cidadã, ela fortalece a democracia e incentiva a participação social; e quando há uma política justa, ela garante o acesso à educação de qualidade para todos. Por isso, política e educação caminham juntas: uma transforma e fortalece a outra.

A dialogicidade, a politicidade, o comprometimento e a criticidade são elementos que auxiliam a reflexão sobre a educação e seu papel diante das desigualdades sociais produzidas e sustentadas pela própria sociedade, porque ela pode formar mais pessoas conscientes sobre o mundo e no mundo, corajosas para interferir nele, modificá-lo para que todos possam ser considerados partícipes dessa mesma sociedade.

Por isso, a educação assume um papel central na formação de indivíduos capazes de compreender as contradições do mundo e atuar na sua transformação, construir um país mais justo, onde os direitos fundamentais sejam garantidos a todos. Esse compromisso não deve se restringir apenas ao ambiente escolar, mas deve se estender para todas as esferas da vida em sociedade, promovendo um engajamento contínuo na luta por uma realidade mais igualitária e solidária.

Contudo, a educação que pode fazer uma formação mais consciente e libertadora não pode ser a educação bancária, que trata os alunos como meros receptáculos de conhecimento, sem estimular a reflexão ou a autonomia. Esse tipo de ensino não apenas perpetua desigualdades sociais, mas também contribui para a alienação dos indivíduos, impedindo que desenvolvam uma visão crítica da realidade. Ao contrário, a pedagogia da pergunta, problematizadora, poderá levar à libertação, ao desvendamento da realidade e a intervenção nela.

A sociedade brasileira, desde seus primórdios, se constituiu de forma profundamente desigual, e essa desigualdade refletiu diretamente nas políticas

educacionais implementadas ao longo da história. Conforme demonstrado pelos estudos mencionados neste trabalho, a educação no Brasil foi, por muitos períodos, estruturada de forma dual, atendendo de maneira diferenciada as distintas classes sociais. Enquanto as elites tinham acesso a uma formação ampla e de qualidade, às camadas populares eram destinadas a uma educação limitada e funcional, voltada apenas à reprodução de sua posição social. Esse modelo não contribuiu para a democratização do país, mas sim para a manutenção das desigualdades. Além disso, observa-se que, nos últimos anos, a educação tem se submetido cada vez mais às lógicas do mercado e do sistema financeiro, distanciando-se de sua função social fundamental e perdendo o seu principal objetivo, que é de fato, formar pessoas capazes de viver bem em sociedade e dela participar para o ser mais; e a formação integral do ser humano para a vida em sociedade e para a construção de um país mais justo, ético e igualitário.

Diante do exposto reafirmo a necessidade de um compromisso ético e político com a educação, que não se limite ao ensino técnico, mas que também incentive o pensamento crítico e o envolvimento social. Somente por meio da conscientização e da participação ativa é possível romper com as estruturas opressoras e construir um futuro mais equitativo e solidário para todos. Cabe, assim, aos educadores, aos cidadãos e aos líderes sociais a responsabilidade de cultivar uma cultura de questionamento e resistência, sempre orientada pelo respeito à diversidade e pela busca incessante por justiça.

Em síntese, a verdadeira mudança social não ocorre de forma espontânea ou isolada, mas exige esforço coletivo, organização política e uma educação comprometida com a emancipação dos sujeitos. Isso nos leva a refletir: o modelo educacional vigente prepara cidadãos críticos ou apenas indivíduos conformados com a estrutura existente? Estamos formando sujeitos capazes de transformar a sociedade ou apenas reproduzindo um ensino voltado para a adaptação e obediência? Daí surge a necessidade de pensar, até que ponto o sistema educacional vigente ainda segue essa lógica? Será que as escolas e universidades estão de fato promovendo uma educação libertadora, ou continuam sendo espaços de reprodução de um conhecimento acrítico e padronizado? Esses questionamentos reforçam a necessidade de continuar refletindo e agindo em prol de uma educação transformadora, que tenha como objetivo não apenas a transmissão de conteúdos, mas a formação de indivíduos capazes de transformar a sociedade, de

contribuir para que todos dela participem, sejam seus sujeitos, transformem-na à medida de suas necessidades.

6. Referências

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal, Coordenação.

BRASIL ESCOLA. *Ditadura Militar no Brasil*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/ditadura-militar.htm>. Acesso em: 22 maio 2025.

CAMARGO, Lucas. Another Brick In The Wall - Pink Floyd (Legendado PT-BR). YouTube, 9 jun. 2013. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mP-ZAgsMAkE>. Acesso em: 24 jan. 2025.

FERNANDES, Aleksandra Nogueira de Oliveira; FERNANDES, Stenio de Brito; PAIVA, Marlúcia Menezes de. O ensino de 2º grau no contexto da ditadura civil-militar

no Brasil: a dualidade educacional na lei nº 5.692/1971. *Dialogia*, São Paulo, n. 42, p. 1–17, set./dez. 2022. Disponível em: periodicos.uninove.br. Acesso em: 23 maio 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. Educar é sempre um ato político: desafios contemporâneos. *Ideação*, !v. 23, n. 2, p. 7–30, 24 jun. 2021.

HISTEDBR. Pedagogia escolanovista. HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/pedagogia-escolanovista>. Acesso em: 10 mar. 2025.

HISTEDBR. Reforma Capanema. HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/reforma-capanema>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOMA, Amélia Kimiko; LIMA, Aparecida do Carmo. Reforma do Estado e da educação dos anos 1990. *Roteiro*, UNOESC [online], v. 34, n. 2, 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592009000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2025.

PAULO Freire é declarado o patrono da educação brasileira. MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/17681-paulo-freire-e-declarado-o-patrono-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 24 ago. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANFELICE, José Luís. *Educação, política e sociedade*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2016.

SAVIANI, Dermeval. *A política educacional do Brasil*. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2022.

SILVA, João. *O ensino de 2º grau no contexto da ditadura civil-militar*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/O_ensino_de_2_grau_no_contexto_da_ditadura_civil-m%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/O_ensino_de_2_grau_no_contexto_da_ditadura_civil-m%20(1).pdf). Acesso em: 23 maio 2025.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, José Jaime (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed., rev. amp., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.